



O PARADOXO DA ESCOLARIZAÇÃO DO NEGRO NO SÉCULO XIX: A NECESSIDADE DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA VERSUS OS INTERESSES DA ELITE

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **O negro, da senzala para escola: a educação nos congressos agrícolas do Rio de Janeiro e de Pernambuco (1878)**. Curitiba, PR: Atena, 2017.

Resenhado por: Eliza Ribas Gracino¹

Composta por três capítulos, a obra intitulada **O negro, da senzala para escola: a educação nos congressos agrícolas do Rio de Janeiro e de Pernambuco (1878)** é produto do trabalho de pós doutorado da autora.

O livro trava uma importante discussão sobre a proposta capitalista de educação para o trabalho desenhadas para a escola pública no período histórico de 1878, a partir dos documentos dos congressos agrícolas do Rio de Janeiro e de Pernambuco. Tendo como aporte teórico o Materialismo Histórico, e como alicerce para a análise as categorias totalidade e contradição, o trabalho deixa evidente o projeto capitalista de consenso, com o intuito de sobrepor a classe dominante em detrimento do povo.

No primeiro capítulo a autora elucida como homem negro foi explorado por meio da escravidão, tendo como principal categoria o trabalho e suas relações. O texto tem início com um paralelo traçado entre a Carta Constitucional da Independência (1824) e a Constituição Francesa (1789), que não passou de um documento, uma vez que os direitos propostos por ela não se efetivaram.

Segundo a autora, certamente a independência da coroa portuguesa foi significativa, demarcando a passagem da “concepção tradicional da terra, para uma concepção moderna” (p. 15), mas não resolveu as questões referentes a exploração e desigualdades sociais, intensificando também a concorrência pelos escravos africanos, por parte dos senhores, uma vez que a influência dos senhores de engenho era medida pela quantidade de escravos que este possuía. Do ápice da pirâmide, estes senhores de engenho dispunham sobre vida daqueles que escravizavam, bem como das mulheres.

Embora livre da influência (direta) portuguesa, nosso País passou a sofrer a influência da Inglaterra. A ingerência inglesa foi responsável pela modernização do País e também exerceu pressão para o final da escravatura, sendo o principal o temor dos senhores um levante dos escravos, que já eram em grande número. Esse sentimento de intimidação fez com que em 1850 o tráfico de escravos se tornasse atividade ilegal, sendo utilizado como instrumento legal para isso a Lei Eusébio de Queiróz. No mesmo ano instituiu-se a Lei das Terras, que surgiu da necessidade imposta pela transição do trabalho escravo para o livre e assalariado, regulamentando a compra de terras públicas, inviabilizando o acesso da “plebe” às terras e limitando a compra destas pelos imigrantes, introduzidos no País para substituir o trabalho escravo (p. 21).



Apesar de em 1850 ter sido proibido o tráfico de africanos para o Brasil, a escravidão ainda vigorava, sendo a primeira iniciativa para romper com ela a Lei do Ventre livre, sancionada em 1871. De acordo com a Lei do Ventre livre - Lei 2.040/1871, os filhos nascidos a partir da data de sua sanção seriam livres, mas de responsabilidade do Estado. A consequência imediata da extinção gradativa da escravidão foi uma crise de mão de obra, que culminou com a necessidade de se importar mão de obra especializada, decidindo-se financiar a entrada de imigrantes em solo brasileiro.

O cenário era contraditório, embora houvesse necessidade de se preparar para o trabalho, e se tivesse criado instrumentos legais para isso, o sistema educacional ainda não atendia a todos, pois não havia professores, espaço físico e/ou verbas destinadas para isso, sendo a instrução um privilégio da elite.

No segundo capítulo a autora aborda sobre os fatores históricos determinantes para as propostas de criação das escolas, no Rio de Janeiro, que levaram a organização do Congresso Agrícola (junho de 1878). Dentre os principais fatores para a o congresso realizar-se na cidade está o fato de que esta continha o "[...] maior número de escravos nas Américas", alocados tanto no setor de transportes quanto nas fazendas (p. 35), que estavam sendo substituídos gradativamente por asiáticos no sul do País, fato este que gerava desconforto, por se considerar a conduta desses imigrantes inadequada, uma vez que eram tidos como "[...] raça imoral, corrompida pelo ópio e inassimilável". (NASCIMENTO, p. 39 apud CONGRESSO AGRÍCOLA DO RIO DE JANEIRO, 1878, p. VII).

Para a autora, o principal marco do congresso foi a expressão da insatisfação dos interesses da elite agrária, que debatia o alto custo dos escravos e a falta de controle sob a massa de trabalhadores livres (filhos de escravos e escravos libertos). Dessas discussões surgem os primeiros asilos e orfanatos de educação agrícola, sendo a educação da população consenso, desde que houvesse controle sob esta, permitindo ao homem livre somente o "necessário para sua subsistência", proporcionando assim uma educação de cunho prático e preparatório para a agricultura, marcando assim a transição da mão de obra escrava para a livre, devendo ser administrada pelo Estado.

No terceiro capítulo a autora analisa os fatores históricos que foram determinantes para a criação das escolas em Recife, e da realização do Congresso Agrícola na cidade (outubro de 1878), que ocorreu como forma de protesto ao realizado no Rio de Janeiro. A intenção era discutir a economia cafeeira e protestar contra o abandono da região, uma das mais ricas do País naquele período. O principal interesse da elite nortista e nordestina era a modificação política, que permitiria a estes manterem-se no poder com maiores vantagens.

Os principais debates do Congresso giraram em torno da criação de escolas agrícolas, sob os moldes de Colônias Agrícolas, que propiciassem os conteúdos básicos para o desenvolvimento de habilidades para o trabalho nas fazendas, mas restringindo aos alunos à reflexão, pautando-se na aceitação da ordem vigente, para evitar futuros transtornos, utilizando-se para isso da meritocracia, pois o não alcance dos direitos era responsabilidade exclusiva da falta de esforço do indivíduo. Os congressistas apresentavam interesse de que a educação fosse de "[...] quantidade e qualidade bastante limitadas, destinadas a poucos indivíduos" (p. 65), devendo estas ficar a critério dos municípios.



Recomendamos a leitura da obra devido a sua relevância para a área as importantes discussões sobre as relações de trabalho e educação. Os três capítulos apresentam importantes análises do contexto em que as escolas agrícolas foram implementadas, nas regiões sul-sudeste e norte-nordeste, marcadas pela contradição da necessidade de mão de obra qualificada, em contraponto com os interesses da elite em não dar a educação necessária para que a população não alcançasse o acesso aos meios de produção. A autora demonstra em sua obra que as questões de dominação da classe dominante brasileira por meio da educação e da escola são marca da sociedade capitalista desde os primórdios. A obra possibilita-nos enxergar as contradições desafiando-nos a repensar a educação e a escola para os filhos da classe trabalhadora, devido a sua importância como instrumento de luta da classe trabalhadora para sua inclusão social e para a transformação da sociedade.

Notas

¹Acadêmica do Doutorado em Educação do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Submetido em: 13/11/2017

Aprovado em: 13/12/2017